

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Victor da Costa Santos

PARA ALÉM DO CORPO E DA MENTE:
LAZER DO TRABALHADOR
SINDICALIZADO NAS ATIVIDADES DO
SERVIÇO DE RECREAÇÃO OPERÁRIA
NA ILHA DAS FLORES NAS DÉCADAS
DE 1940 E 1950

SANTOS, Victor da Costa

PARA ALÉM DO CORPO E DA MENTE: LAZER DO
TRABALHADOR SINDICALIZADO NAS ATIVIDADES DO
SERVIÇO DE RECREAÇÃO OPERÁRIA NA ILHA DAS
FLORES NAS DÉCADAS DE 1940 E 1950

R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 181(484): 257-293, set/dez. 2020

Rio de Janeiro
set/dez. 2020

PARA ALÉM DO CORPO E DA MENTE: LAZER DO TRABALHADOR SINDICALIZADO NAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE RECREAÇÃO OPERÁRIA NA ILHA DAS FLORES NAS DÉCADAS DE 1940 E 1950

BEYOND BODY AND MIND: LEISURE OF TRADE UNION WORKERS IN ACTIVITIES OF THE WORKERS' RECREATION SERVICE ON ILHA DAS FLORES IN THE 1940S AND 1950S

VICTOR DA COSTA SANTOS¹

Resumo:

Sede de uma hospedaria de imigrantes entre 1883 e 1966, a Ilha das Flores também foi utilizada pra outros fins durante esse período. Além de ter sido utilizada como presídio nas duas Grandes Guerras Mundiais, o lugar destinado a recepção da mão de obra imigrante foi utilizado para a promoção do lazer dos trabalhadores sindicalizados nas décadas de 1940 e 1950. As atividades promovidas pelo Serviço de Recreação Operária ocorreram na Ilha em um período em que a administração da Hospedaria encontrava-se sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho. Nesse sentido, tais ações representariam uma das facetas da ideologia trabalhista de Vargas que ainda carece de ser estudada: o lazer como uma política pública.

Palavras-chave: Governo Vargas; Serviço de Recreação Operária; lazer; Hospedaria da Ilha das Flores.

Abstract:

Home to an immigrant guesthouse between 1883 and 1966, the island Ilha das Flores served other purposes during this period. Besides being used as a prison during both Great Wars, the area on the island reserved for receiving immigrants was also used for promoting the leisure of trade union workers between the 1940s and 1950s. The activities held by the Workers' Recreation Service took place on the island at a time when the guesthouse was under the administration of the Ministry of Labor. Seen from this angle, such activities would represent one of the facets of Vargas' labor ideology that has yet to be studied, namely treating leisure as a public asset.

Keywords: Vargas Government; Workers' Recreation Service; leisure; guesthouse on the island Ilha das Flores.

O que outrora fora uma ilha, o espaço hoje localizado no município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, foi sede da primeira hospedaria de imigrantes criada e mantida exclusivamente pelo Governo Imperial brasileiro². A história desta hospedaria, bem como do local da

1 – Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fundação Oswaldo Cruz-Fiocruz. Rua João José Ramos, 35/24738804 – São Gonçalo – RJ – Brasil. E-mail: victorhistoria7@gmail.com.

2 – A Ilha das Flores, possivelmente ficou assim conhecida por pertencer em inícios do século XIX à Delfina Felicidade do Nascimento Flores, sendo antes disso denominada Ilha de Santo Antônio, como se pode ver em mapas do período. Antes de pertencer ao

Ilha das Flores, vem sendo objeto de estudo do Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores (CMIF)³. Ao investir em tal objeto, tais estudos, que propiciaram a inauguração, em 2012, do Circuito a Céu Aberto do Museu da Imigração da Ilha das Flores, também permitiram entrar em contato com outros usos que a Hospedaria teve ao longo de seu funcionamento.

Criada em 1883, no contexto de transição da mão de obra escrava para a livre e assalariada, a Hospedaria da Ilha das Flores exerceu importante função receptora no período da “Grande Imigração” (1880-1914)⁴ e

Governo Imperial brasileiro, a Ilha pertenceu a Maria do Leo Antunes, de 1834 a 1857, e ao senador José Ignácio Silveira da Motta, de 1857 a 1883, quando as negociações para a venda da Ilha, iniciadas em 1878 pelo senador e pelo Governo Imperial, através da Inspetoria Geral de Terras e Colonização, foram concluídas. Atualmente o espaço é de propriedade da Marinha do Brasil e abriga a Tropa de Reforço dos Fuzileiros Navais, não se constituindo mais como uma ilha. As obras de construção da rodovia Niterói-Manilha, trecho da BR-101, na década de 1980, promoveram uma série de aterramentos no local ligando a ilha ao continente. *Apud* REZNIK, Luís; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento; SILVA, Henrique Mendonça. A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores: história e memória. In: ARRUDA, José Jobson de Andrade; FERLINI, Vera Lucia Amaral; MATOS, Maria Izilda de; SOUSA, Fernando de (orgs.). *De colonos a imigrantes: i(e)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013, p. 367-382; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento; SILVA, Henrique Mendonça da. Ilha das Flores e de histórias. In: FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento; ARAÚJO, Marcelo; MOURA, Rogério Soares de (orgs.). *São Gonçalo em perspectiva. Ensaio de histórias gonçalenses*. 1ª ed. São Gonçalo: UERJ/FFP, 2013, v. 1, p. 25-46.

3 – Criado em 2010, o Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores é um grupo de pesquisa que está vinculado ao Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Formação de Professores da UERJ (campus São Gonçalo). É responsável pelas pesquisas sobre migração, com ênfase nos dispositivos de recepção e acolhimento de (i)migrantes no Brasil; pela parte acadêmica do Museu da Imigração da Ilha das Flores; e pelo treinamento dos estudantes da UERJ e dos fuzileiros navais para mediação guiada neste mesmo Museu, inaugurado em 2012 em parceria com o Comando da Tropa de Reforço dos Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil. *Apud* <https://www.hospedariailhadadasflores.com.br/hist%C3%B3rico> Acesso em 14 de outubro de 2020.

4 – De acordo com Hobsbawm, na segunda metade do século XIX, teve início “a maior migração dos povos na História”. HOBBSAWM, Eric. *A era do capital (1848-1875)*. 5ª ed. Tradução de Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 207. Segundo Klein, estima-se que durante o período de 1880 a 1915 cerca de 31 milhões de europeus se deslocaram pelo continente a fim de alcançar um dos portos que permitissem o embarque num vapor rumo as América. Klein ainda informa que, entre 1880 e 1915, o Brasil e a Argentina receberam 2,9 e 4,2 milhões de imigrantes, respectivamente, ficando atrás apenas dos Estados Unidos que, neste mesmo período, registrou a entrada de mais 21 milhões de

também mais tarde, no período do entreguerras e do pós-Segunda Guerra Mundial, quando o perfil dos hóspedes passou a ser o do refugiado⁵.

Subordinada inicialmente à Inspetoria Geral de Terras e Colonização, órgão do Ministério da Agricultura criado em 1876 para tratar dos assuntos referentes à imigração e colonização, a Hospedaria também esteve a cargo de outros órgãos até 1966, ano de sua extinção⁶.

Assim como a Hospedaria de Imigrantes do Brás, em São Paulo, a Hospedaria da Ilha das Flores foi utilizada como presídio militar em algumas ocasiões. Em 1917, com a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial, a Ilha foi transferida para o Ministério da Marinha pela primeira vez, o que voltaria a ocorrer durante a Segunda Guerra Mundial⁷. Já na década de 1930, a Ilha exerceu tal função por mais duas ocasiões. Primeiramente em 1932, durante a Revolução Constitucionalista ocorrida em São Paulo, quando prisioneiros estiveram por ali entre agosto

imigrantes. Cf. KLEIN, Herbert. “Migração Internacional na história das Américas”. In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2000, p. 25.

5 – *Apud* MARQUES, Guilherme dos Santos Cavotti. *A Porta de Entrada do Brasil: a recepção dos refugiados no pós-Segunda Guerra na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores*. 168f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. 2017.

6 – Após o encerramento das atividades da Hospedaria em 1966, suas instalações foram utilizadas para a instalação do CENATRE (Centro Nacional de Treinamento), subordinado ao Departamento de Cooperativismo e Extensão Rural do INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário). Em 1968, a Ilha passou a ser propriedade da Marinha do Brasil e hoje abriga a Tropa de Reforço dos Fuzileiros Navais, com seus respectivos Batalhões. *Apud* REZNIK, Luís; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento; SILVA, Henrique Mendonça. A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores: história e memória. In: ARRUDA, José Jobson de Andrade; FERLINI, Vera Lucia Amaral; MATOS, Maria Izilda de; SOUSA, Fernando de (orgs.). *De colonos a imigrantes: i(e)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013, p. 367-382; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento; SILVA, Henrique Mendonça da. Ilha das Flores e de histórias. In: FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento; ARAÚJO, Marcelo; MOURA, Rogério Soares de (orgs.). *São Gonçalo em perspectiva. Ensaios de histórias gonçalenses*. 1ª ed. São Gonçalo: UERJ/FFP, 2013, v. 1, p. 25-46.

7 – *Apud* REZNIK, Luís; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento; SILVA, Henrique Mendonça. A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores: história e memória. In: ARRUDA, José Jobson de Andrade; FERLINI, Vera Lucia Amaral; MATOS, Maria Izilda de; SOUSA, Fernando de (orgs.). *De colonos a imigrantes: i(e)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013, p. 367-382.

e outubro daquele ano e a Ilha ficou sob a jurisdição da Polícia Militar do Distrito Federal. E depois em 1935, quando a ilha voltou a ser usada como presídio para alguns prisioneiros da Revolta Comunista⁸.

No contexto abordado pelo presente trabalho, a Hospedaria encontrava-se sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), que fora criado em 26 de novembro de 1930 e organizado em 4 de fevereiro de 1931⁹. E assim permaneceu entre os anos de 1931 e 1954, sendo gerida inicialmente pelo Departamento Nacional de Povoamento, que em 1938 foi substituído pelo Departamento Nacional de Imigração, que ficou responsável pela manutenção da Hospedaria até 1954, quando o serviço retornou à jurisdição do Ministério da Agricultura, ficando a cargo do Instituto Nacional de Imigração e Colonização- INIC-, até o ano de sua extinção, em 1966.

Dentro desse relevante contexto da história do Brasil, o MTIC criou o Serviço de Recreação Operária em 6 de dezembro de 1943¹⁰.

Para compreender esse período que alçou a questão trabalhista a uma posição não vista antes, o conceito de trabalhismo proposto por Ângela de Castro Gomes é de significativa relevância. Neste conceito, a autora subverteu a noção de submissão total da classe trabalhadora ao Estado a fim de pensar a ideia da construção de um pacto social¹¹. E corroborando com essa descaracterização dos trabalhadores como vítimas, também pode-se acrescentar a contribuição de Jorge Ferreira ao focar nas estratégias

8 – *Ibidem*.

9 – *Apud* BRASIL. Decreto nº 19.433, de 26 de novembro de 1930, *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 2/12/1930, Página 21604. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19433-26-novembro-1930-517354-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 28 de novembro de 2018; BRASIL. Decreto nº 19.667, de 4 de fevereiro de 1931, *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 7/2/1931, Página 1875. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19667-4-fevereiro-1931-503116-norma-pe.html> Acesso em 28 de novembro de 2018.

10 – *Apud* BRASIL. Portaria nº 68, de 6 de dezembro de 1943. *Diário Oficial da União*, nº 18038, de 8 de dezembro de 1943, seção 1, p. 38. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2568568/pg-38-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-08-12-1943> Acesso em 28 de novembro de 2018.

11 – GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

de recodificação e apropriação do discurso varguista pelos trabalhadores, explorando o caráter de aceitação em detrimento do caráter conformista dos mesmos perante o Estado Novo¹².

Ou seja, em um cenário circunscrito pelo pós-crise econômica mundial, o Governo Vargas buscou soluções para reduzir a crise econômica e amenizar as relações entre empregadores e empregados, interferindo significativamente no conflito entre capital e trabalho.

Possuindo como uma de suas características a afirmação das legislações trabalhista e previdenciária, sobretudo com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), promulgada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943¹³, o Governo Vargas promoveu a criação de sindicatos controlados pelo Estado, a criação do salário mínimo e a criação de políticas de boa higiene e alimentação balanceada, essas últimas, expressas, por exemplo, na criação do Serviço Central de Alimentação (SCA) em 1939, que, após um ano seria absorvido pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS)¹⁴.

Criado em 5 de agosto de 1940, o SAPS tinha como proposta inicial “promover a melhoria das condições nutricionais da classe trabalhadora.”¹⁵. De acordo com Ana Maria da Costa Evangelista, tal autarquia, com jurisdição nacional, que teve como unidade pioneira uma instalação no Rio de Janeiro, visava oferecer aos trabalhadores condições favoráveis e higiênicas de alimentação através da criação de restaurantes

12 – FERREIRA, Jorge. A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990, p.180-195.

13 – *Apud* BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 9/8/1943, Página 11937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 28 de novembro de 2018.

14 – *Apud* BRASIL. Senado Federal. Decreto-Lei 2.478, de 05 de agosto de 1940. Cria o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legbras> Acesso em 14 de outubro de 2020.

15 – *Apud* EVANGELISTA, Ana Maria da Costa. A gente quer arroz, feijão, livros e discos: o Serviço Nacional de Alimentação da Previdência Social/SAPS, (1940-1067). In: *II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social*, 2008, Juiz de Fora. Micro História e os caminhos da História Social. Juiz de Fora: Clío Edições, 2008. Disponível em: <https://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c2-a2.pdf> Acesso em 14 de outubro de 2020.

com alimentação saudável a preços populares, além de incentivar o acesso a discotecas, bibliotecas e cursos diversos¹⁶.

Ainda segundo a autora, o SAPS continuou recebendo investimentos dos governos democráticos nos anos seguintes até ser extinto em 1967 durante a ditadura militar. Todavia, durante os vinte e sete anos em que funcionou, o SAPS realizou importantes ações em vários estados do país, como por exemplo: a venda de cesta básica subsidiada aos trabalhadores; o oferecimento de merenda escolar para os filhos destes trabalhadores; o acesso à biblioteca, cinema, sala de música e outros cursos; e o investimento no campo técnico-científico, com a manutenção de laboratórios e biotérios focados em pesquisas sobre alimentos brasileiros contribuindo também para a formação de técnicos especializados¹⁷.

Com a proposta de assistência e educação alimentar, aliando atividades de lazer e aprimoramento cultural, o SAPS tornou-se um exemplo de carro-chefe para a política Internacional, principalmente para a América Latina e semeou as bases para se pensar em uma estrutura para além da alimentação saudável do trabalhador, ou seja, um órgão destinado exclusivamente para a recreação saudável dos trabalhadores brasileiros.

Nesse sentido, a criação do SRO deve ser pensada como mais uma das ações inseridas na ideologia trabalhista do Governo Vargas, em um cenário em que as instituições relacionadas a questão do trabalho se fortaleceram e intensificaram suas atividades.

Embora o SRO só tenha sido extinto em 1964¹⁸, as atividades promovidas por tal órgão na Ilha aconteceram entre as décadas de 1940 e 1950, o que, por sua vez, corrobora a preocupação do Governo Vargas com o

16 – *Apud* EVANGELISTA, Ana Maria da Costa. *Arroz e feijão, discos e livros: história e memória do Serviço de Alimentação da Previdência Social, SAPS (1940-1967)*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014. 227p.

17 – *Ibidem*.

18 – *Apud* BRASIL Lei nº 4.589, de 11 de dezembro de 1964, *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 17/12/1964, Página 11559. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4589-11-dezembro-1964-368905-norma-pl.html> Acesso em 28 de novembro de 2018.

tempo livre do operariado brasileiro. Porém, esta preocupação não pode ser pensada exclusivamente como fruto do Governo Vargas.

A questão do controle do lazer do operário vinha desde o século XIX, cabendo, para a presente discussão, tão importante quanto à compreensão do termo lazer, a compreensão que se fazia do mesmo à época ou de diferentes termos que congregassem características semelhantes.

Victor Andrade de Melo apontou que os sentidos de se divertir existiam desde o final do século XIX.¹⁹ E ao focar na trajetória que o conceito realizou até ser conformado, tal autor chamou a atenção para “o que hoje chamamos de lazer é o que se tornou preponderante em função de condições históricas específicas”²⁰.

Derivada do francês medieval *leisour*, originário do francês antigo *leisir*, que significava “ser permitido”, que por sua vez vinha do latim *licere*, que significava “ser lícito”, a palavra *leisure* surgida no século XIV, com o sentido de “oportunidade de fazer algo”, possui nos acontecimentos do século XVIII as bases históricas que conformaram as características do conceito tal como concebido atualmente. As condições históricas explicitadas por Melo seriam:

[...] o desenvolvimento de um novo modelo econômico (que tem como um dos parâmetros centrais o modo de produção fabril), uma nova organização política (o fim do Absolutismo e a gestão da ideia de Estado-Nação), a melhor estruturação de um conjunto de posições acerca da vida em sociedade (decorrentes do Iluminismo e do Liberalismo) e a nova conformação de classes sociais (o crescimento do poder da burguesia e o surgimento da classe operária), configurando um momento histórico marcado pela ruptura com o passado²¹.

Também pensando nessas condições históricas, Edward Palmer Thompson analisou o lazer numa perspectiva cultural. Utilizando como objeto de estudo as atividades de diversão praticadas pelos trabalhado-

19 – MELO, Victor Andrade de. Sobre o conceito de lazer. *Sinais Sociais*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 23, p.15-36, setembro-dezembro 2013.

20 – *Ibidem*, p. 25.

21 – *Ibidem*, p. 25.

res ingleses a partir da Revolução Industrial no século XVIII, Thompson pensou o lazer como fruto de uma circularidade cultural, sendo um fenômeno em que dominantes e dominados expressariam formas de resistência e contra resistência culturais²².

Apesar dessas condições não terem ocorrido no Brasil como ocorreram na Europa, tampouco o termo lazer ter sido utilizado até as primeiras décadas do século XX, Melo atentou para uma melhor conformação e preocupação com as formas de entretenimento na capital do Império já a partir da segunda metade do século XIX, o que somente ganharia intensidade a partir da década de 1920.

O que Melo nos esclarece é que os termos utilizados antes da concretização da palavra lazer, traziam em si as características que o compõem, haja vista a denominação de nosso objeto de estudo. Ou seja, o termo comumente utilizado no início do século XX no Brasil era recreação, inclusive pelo Estado, ao se referir sobre as práticas exercidas fora do ambiente de trabalho como atividades relacionadas ao aprendizado em família, à educação religiosa e moral, à educação higiênica, à vacinação e ao esporte, e que pudessem ir de encontro às ideias socialistas, rejeitadas pela elite e seus integrantes que ocupavam o aparelho estatal.

Já o sociólogo francês Joffre Dumazedier, pioneiro nos estudos sobre lazer e formação, na primeira metade do século XX, e responsável por influir nas formulações das atividades recreativas de instituições como SESI e SESC, pensou o lazer da seguinte forma:

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais²³.

22 – THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária: A árvore da liberdade*. 2ª ed. Tradução Denise Bottmann, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

23 – DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1973.p. 34.

Ainda que haja dissonâncias entre o lazer praticado pela elite e o lazer praticado pelos trabalhadores, bem como o lazer que é pensado como política pública, consideraremos para presente discussão um lazer que é fruto de uma nova organização do tempo, configurada mediante uma nova organização de sociedade. Esta nova organização, fruto da sociedade moderna capitalista concretizada no século XIX, definiu claramente uma separação entre o tempo do trabalho e o tempo do não trabalho, demarcando exclusivamente a realização do lazer no tempo do não trabalho.

Decerto se tem que enquanto hoje preocupamo-nos com as características corretas para a composição de tal conceito, em fins do século XIX e início do XX a preocupação era com o que fazer com o tempo livre, principalmente o dos trabalhadores. Por isso, ao concordar com Melo que o mais importante não é diferenciar lazer, recreação e diversão, e sim compreender que tais conceitos implicam o cruzamento entre tempo e atitude, caminhamos para entender a preocupação existente nos países capitalistas ocidentais, principalmente entre os patrões e a Igreja Católica, em controlar o tempo do trabalhador fora do período de serviço, em um cenário em que tais consideravam como principais problemas o avanço do socialismo e do alcoolismo entre os operários.

Deste modo, levamos em consideração o contexto nacional e internacional de criação do Serviço de Recreação Operária, fornecendo um parecer sobre sua estrutura e os anos de seu funcionamento, analisando o período em que suas atividades comungaram com o funcionamento da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, inserindo-se assim não só em um cenário de tensão das relações trabalhistas, como das relações humanitárias no sistema capitalista.

Caracterizado pela receptividade aos trabalhadores imigrantes, qual teria sido a relevância do espaço da Ilha das Flores nas atividades do Serviço de Recreação Operária?

Por meio de jornais da época e de entrevistas realizadas com filhos de ex-funcionários da Hospedaria, buscamos as especificidades na utili-

zação de tal espaço a fim de compreendê-lo também como um espaço de lazer dos trabalhadores brasileiros sindicalizados.

Menos botecos, mais centros de recreação

“Criado pelo Ministério do Trabalho o Serviço de Recreação Operária”²⁴. Frases como essa foram recorrentes nos títulos de reportagens dos jornais cariocas no domingo do dia 5 de dezembro de 1943. A expressão se referia à informação da criação de um aparelho governamental que a partir de então passaria a ser responsável pela promoção do lazer operário. As notícias divulgaram tal realização antes mesmo da publicação da Portaria nº 68 no Diário Oficial acontecer²⁵.

A assinatura do documento foi realizada pelo então ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho no dia 6 de dezembro de 1943. Por que, no entanto, tal documento foi assinado? Ou melhor, quais os motivos de sua elaboração?

A criação do Serviço de Recreação Operária inseriu-se em dois contextos históricos caracterizados pelo encaminhamento ao seu final: a Segunda Guerra Mundial e o Estado Novo. Ao fundamentar-se no relatório redigido pelo primeiro presidente do SRO, Arnaldo Lopes Sussekind, no qual o autor explorou os dois primeiros anos de funcionamento do serviço²⁶, Ângela Brêtas Gomes Santos, trabalhou com a hipótese de que o SRO teria sido criado para responder a demandas estipuladas por cinco instâncias de poder: a Organização Internacional do Trabalho (OIT)²⁷; a

24 – *Apud A Manhã*, nº 715, de 5 de dezembro de 1943, p.13.

25 – *Apud BRASIL*. Portaria nº 68, de 6 de dezembro de 1943. *Diário Oficial da União*, nº 18038, de 8 de dezembro de 1943, seção 1, p. 38. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2568568/pg-38-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-08-12-1943> Acesso em 28 de novembro de 2018.

26 – SÜSSEKIND, Arnaldo Lopes. *Trabalho e Recreação – fundamentos, organização e realizações do SRO*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1946, 47p.

27 – A Organização Internacional do Trabalho foi criada pela Conferência de Paz após a Primeira Guerra Mundial, em 1919. Foro internacional de discussão de temas trabalhistas congrega governos, empregadores e trabalhadores em estrutura tripartite. A sua Constituição converteu-se na Parte XIII do Tratado de Versalhes do qual o Brasil é signatário. *Apud*

Encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII²⁸; o projeto de valorização da figura do trabalhador e do trabalho empreendido pelo Governo Vargas, através do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; o patronato industrial e comercial; e o movimento operário²⁹.

A OIT foi criada pela Conferência de Paz após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), e sua Constituição converteu-se na Parte XIII do Tratado de Versalhes, um dos tratados de paz assinados pelos países vencedores da guerra que impôs severas sanções à Alemanha. Como um dos 32 países signatários desse Tratado, o Brasil assumiu compromissos com a paz e com o progresso mundial, ao menos no que se referia às regras impostas pelos países vitoriosos.

A ideia de uma harmonia social também pode ser encontrada em convênios e tratados da OIT, bem como o combate ao socialismo, anarquismo e comunismo, cujo desfecho no Brasil foi um projeto governista de apagamento da luta dos operários brasileiros na Primeira República.

Em estudo sobre as experiências institucionais de recreação e lazer no Brasil, Christianne Luce Gomes esclareceu que, como signatário do Tratado de Versalhes, o Brasil deveria melhorar as condições dos operários, não só no ambiente de trabalho, como no tempo livre de tais. A questão sobre o uso do tempo livre do trabalhador intensificou-se à medida que os direitos foram conquistados. Nesse caso, o direito diretamente relacionado ao lazer foi a diminuição da jornada de trabalho³⁰.

<http://www.oitbrasil.org.br> Acesso em 14 de novembro de 2018.

28 – A *Rerum Novarum* foi uma Carta Encíclica de Sua Santidade, o Papa LEÃO XIII, sobre a condição dos operários, divulgada em 15 de maio de 1891. *Apud*: <http://www.montfort.org.br/rerum-novarum-2>. Acesso em 14 de novembro de 2018.

29 – SANTOS, Ângela Brêtas Gomes. *“Nem só de pão vive o homem”*: criação e funcionamento do Serviço de Recreação Operária (1943-1945). Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

30 – LUCE GOMES, Christianne. *Significados da recreação e lazer no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964)*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG. 2003.

Segundo Luce Gomes, os países signatários do Tratado passaram a partir de então a intensificar as formas de controle social para além do tempo de trabalho do trabalhador. No entanto, essa tentativa de controle, e consequentemente a resistência dos trabalhadores, não era novidade. Segundo Thompson, o lazer praticado pelos trabalhadores ingleses a partir da Revolução Industrial no século XVIII pode ser entendido como um fenômeno cultural fruto da tensão entre classes, no qual a prática de atividades no tempo do não trabalho, em certo grau de coletividade permitiria a comunhão de valores e o divertimento. Além disto,

Tratava-se de uma resistência consciente ao desaparecimento de um antigo modo de vida, frequentemente associada ao radicalismo político. Nesta mudança, a perda do tempo livre e a repressão ao desejo de se divertir tiveram tanta importância quanto a simples perda física dos direitos comunais e dos locais para recreio³¹.

A diversão do trabalhador e o controle do seu tempo sempre estiveram em pauta nas discussões das camadas dominantes, tendo a criação da OIT conseguido inovar ao considerar a prática do lazer como uma política pública inclusa nesse processo de controle do trabalhador. Todavia, a elaboração desta política não quis dizer que os países a tenham aderido prontamente, assim como os direitos propugnados pela OIT.

Analisando algumas convenções realizadas pela OIT, Luce Gomes denotou a preocupação que existia com o que deveria ser feito com o tempo livre do trabalhador, como se pode ver em alguns pontos ressaltados na Conferência da OIT de 1924, como a preservação dos lazers e sua utilização como um meio de higiene social e a criação de instituições encarregadas de orientar os lazers dos trabalhadores³².

Em texto aprovado na 29ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Montreal no ano de 1946, e que que revisou e

31 – THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária: A árvore da liberdade*. 2ª ed. Tradução Denise Bottmann, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 300.

32 – LUCE GOMES, Christianne. *Significados da recreação e lazer no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964)*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG. 2003.

substituiu a Constituição adotada em 1919, há em anexo o documento que ficou conhecido como Declaração da Filadélfia. Aprovado na 26ª reunião da Conferência da OIT, realizada na Filadélfia no ano de 1944, tal documento ratificou os fins e objetivos da OIT, dentre os quais se encontravam propostas relacionadas ao uso do tempo livre do trabalhador.

Ainda que o texto aprovado tenha entrado em vigência em 20 de abril de 1948, tendo o Brasil como um dos ratificadores do instrumento de emenda da Constituição da OIT, as ideias e propostas sobre a recreação já vigoravam no Brasil e em outros lugares do globo.

Quanto aos itens e objetivos da OIT, que deveriam nortear algumas das políticas de seus membros e que concernem ao tema aqui proposto, destaca-se o item III, presente na Declaração da Filadélfia, no qual se propunha, entre outras coisas, que os países auxiliassem na promoção do emprego integral, na elevação do nível de vida do trabalhador, na asseguuração de direitos dos mesmos, na proteção adequada da vida e da saúde dos trabalhadores e na obtenção de um nível adequado de alimentação, de alojamento, de recreação e de cultura de todos os trabalhadores³³.

Outra expressão da preocupação com o tempo livre do trabalhador, a *Rerum Novarum*, carta encíclica sobre a condição dos operários, datada de 15 de maio de 1891,

[...] é vista como um dos mais populares documentos emitidos pela Santa Sé nos últimos tempos. Com o objetivo de marcar sua posição em relação à condição operária, trata da chamada “questão social”, consolidando e aprofundando temas que já haviam sido abordados em outros documentos da Igreja Católica [...]³⁴.

Ao recolocar a Igreja Católica no âmbito das questões sociais mediante a crescente mobilização operária que acontecia na Europa do final

33 – *Declaração da Filadélfia*. Aprovada na 26ª reunião da Conferência da OIT (Filadélfia – 1944). Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/centro-de-informacoes/documentos/WCMS_336957/lang--pt/index.htm Acesso em 30 de novembro de 2018.

34 – SANTOS, Ângela Brêtas Gomes. O Serviço de Recreação Operária (1943-1945): uma experiência do governo Vargas no campo do não trabalho. *Cad. AEL*, v.16, n.28, 2010. p.165.

do século XIX, a Carta também delimitou os inimigos da harmonia social. Possuindo como alvo principal os movimentos de vieses revolucionários, como o socialista, o comunista e o anarquista, a Igreja Católica passou a condená-los perante um contexto de crescimento de tais e de um anticlericalismo entre os operários. Condenando também a exploração dos operários pelos patrões, a Igreja encobria assim a pressão que as forças patronais exerciam sobre tal para que a ideia do controle do trabalhador fora do ambiente de trabalho também fosse inserida como necessária para o funcionamento harmônico de uma sociedade sem vícios como o jogo e o alcoolismo.

A Encíclica percorreu um caminho em que discutiu desde as causas do conflito insurgente na sociedade moderna até a sua solução definitiva, que seria a caridade. E dentre os itens que remetiam a necessidade da existência de um tempo livre para o trabalhador, bem como o bom proveito deste, a utilização do tempo de repouso do trabalhador formulada pela *Rerum Novarum* esteve norteadada prioritariamente para fins religiosos em detrimento dos denominados fins mundanos.

Uma das formas de compreender essa influência da Igreja Católica na sociedade brasileira, particularmente no mundo do trabalho, pode ser vista no trabalho de Jessie Jane Vieira de Souza³⁵. Ao escolher a experiência dos Círculos Operários, a autora focou em um objeto pouco estudado, assim como o SRO, para abordar a relação que o catolicismo social estabeleceu com a sociedade e com o Estado brasileiro entre os anos de 1930 e 1964.

Valendo-se de fontes como a *Quadragesimo anno*³⁶, carta encíclica do Papa Pio XI em comemoração ao 40º aniversário da *Rerum Novarum*, que tratou da restauração e do aperfeiçoamento da ordem social, a autora

35 – SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *Círculos operários: a igreja católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

36 – A *Quadragesimo anno* foi uma carta encíclica do Papa Pio XI, de 15 de maio de 1931, sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social, em conformidade com a Lei Evangélica, no 40º aniversário da encíclica de Leão XIII, *Rerum Novarum*. *Apud*: https://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html Acesso em 22 de novembro de 2018.

se debruçou sobre o caráter teológico da Igreja, o que por vezes é minimizado em análises.

Segundo a autora, o movimento designado como Circulismo foi um projeto, não trabalhista, de intervenção religiosa-cultural que se fez presente no meio sindical e que fez parte de uma das vertentes do catolicismo social a fim de promover a harmonia entre as classes.

Criados em 15 de março de 1932 em Pelotas, no Rio Grande do Sul, pelo padre jesuíta Leopoldo Brentano, os círculos operários visavam a uma assistência aos operários para a formação social e espiritual. Baseadas nos ideais de caridade e justiça sociais presentes na *Quadragesimo Anno*, que buscou o equilíbrio entre capital e trabalho visando à eliminação dos conflitos sociais em uma escala para além das relações individuais, as propostas do Circulismo inseriram-se na estratégia da Neocristandade, que, segundo Scott Mainwaring, intensificou a luta da Igreja Católica por um lugar ao sol nas tomadas de decisões da política nacional³⁷.

Entre 1916 e 1934, a proposta de Restauração Católica, que buscava basicamente cristianizar as principais instituições sociais, obteve um significativo êxito. Mas o que chama a atenção é a afirmação de Mainwaring de que:

A Igreja da neocristandade modernizou as estruturas institucionais, aprofundou sua influência e trocou sua aliança primordial com os proprietários rurais por uma aliança com a burguesia urbana e com a classe média, mas sem modificar realmente seu conteúdo³⁸.

Esta mencionada “aliança” com a burguesia urbana e com a classe média permite-nos pensar na circulação de ideias presentes na *Rerum Novarum* e na *Quadragesimo Anno* no âmbito de outra instância de poder que influenciou na elaboração do SRO: o patronato industrial e comercial.

Assim como na Europa, os vieses revolucionários de correntes como o socialismo e o anarquismo encontraram eco no Brasil e influenciaram a

37 – MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense. 2004.

38 – *Ibidem*, p. 53.

luta dos operários pelos seus direitos, sendo possível pensar em um movimento operário nacional já em 1920, ainda que houvesse regionalismos durante esse contexto da Primeira República.

Coube então a setores da sociedade, sobretudo à camada dominante, tal como concebida pela análise marxista, formularem respostas que buscassem soluções ditas satisfatórias para patrões e empregados, mas que não destoassem da manutenção do status quo³⁹.

Utilizando como fonte o já mencionado relatório de Arnaldo Sussekind sobre os primeiros anos de funcionamento do SRO, Elza Peixoto salientou a existência de um projeto burguês não isento de conflitos em seu seio, mas que basicamente apresentava uma proposta de controle social do trabalhador camuflada pelo discurso sobre a importância de se ter um trabalhador sadio para o progresso do país.

A saúde do trabalhador adquiriu um caráter funcional, no qual este deveria estar bem, não propriamente para si mesmo, mas para não comprometer a engrenagem do sistema capitalista. Por isso, em 1945 foi elaborado um documento por empregadores brasileiros que sintetizou a sua preocupação na obtenção de uma harmonia social entre o capital e o trabalho⁴⁰.

Tal documento, conhecido como a Carta da Paz Social, foi elaborada após a Conferência de Teresópolis em 1945⁴¹. Organizada pela Associação Comercial do Rio de Janeiro, que segundo Ângela Brêtas Gomes Santos,

39 – Segundo Marx e Engels as classes dominantes seriam aquelas que as ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais concebidas como ideias. A classe que tem sua disposição os meios para a produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual. Ou seja, um conceito utilizado para designar a classe social que controla o processo econômico e político. Refere-se especificamente à classe social detentora dos meios e da capacidade de organizar a produção capitalista, ainda que não necessariamente tenha o controle total do processo de expansão econômica. *Apud* MARX, Karl. & ENGELS, F Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Tradução: Castro e Costa, L. C. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

40 – PEIXOTO, Elza. O serviço de recreação operária e o projeto de conformação da classe operária no Brasil. *Pro-Posições* (UNICAMP. Impresso), v. 19, p.115-140, 2008.

41 – Carta da Paz Social. *SESC- Serviço Social do Comércio*. Rio de Janeiro, fevereiro, 2012. 1ª Reimpressão.

era uma das instituições que consideravam o alcoolismo e o jogo do bicho como os principais problemas que assolavam os trabalhadores, tal documento fundamentou o serviço social no Brasil através da criação de instituições assistenciais como o SESC e o SESI, existentes até hoje⁴².

Criados posteriormente ao SRO, o SESC e o SESI⁴³ tinham como preocupação a recuperação física e cultural do trabalhador no seu tempo livre. Segundo Joffre Dumazedier, o SESC seria a verdadeira instituição capaz de realizar o lazer, pois era privada e sem fins lucrativos.

Analisando a Carta, podemos perceber que os empregadores utilizaram um discurso em que o desenvolvimento cultural do trabalhador estava alinhado com o desenvolvimento profissional, haja vista o quarto item do documento:

Com o objetivo de atender às necessidades sociais urgentes e de propiciar aos trabalhadores do campo e da cidade maior soma de bem-estar e igualdade de oportunidades, propõem-se os empregadores a criar um Fundo Social a ser aplicado em obras e serviços que beneficiem os empregados de todas as categorias, e em assistência social em geral, repartindo com os institutos existentes as atribuições assistenciais e de melhoramento físico e cultural da população. O objetivo do Fundo Social é promover a execução de medidas que, não só melhorem continuamente o nível de vida dos empregados, mas lhe facilitem os meios para seu aperfeiçoamento cultural e profissional⁴⁴.

42 – SANTOS, Ângela Brêtas Gomes. “*Nem só de pão vive o homem*”: criação e funcionamento do Serviço de Recreação Operária (1943-1945). Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

43 – O SESI foi criado em 25 de junho de 1946 pelo Decreto-Lei Nº 9.403 e o SESC foi criado em 13 de setembro de 1946 pelo Decreto-Lei Nº 9.853. *Apud* BRASIL. Decreto-Lei Nº 9.403, de 25 de junho de 1946. *Diário Oficial da União*, Seção 1 - 28/6/1946, Página 9619. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9403-25-junho-1946-417689-norma-pe.html> Acesso em 28 de novembro de 2018; BRASIL. Decreto-Lei Nº 9.853, de 13 de setembro de 1946. *Diário Oficial da União*, Seção 1 - 16/9/1946, Página 2947. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9853-13-setembro-1946-450067-norma-pe.html> Acesso em 28 de novembro de 2018.

44 – Carta da Paz Social. *SESC- Serviço Social do Comércio*. Rio de Janeiro, fevereiro, 2012. 1ª Reimpressão, 2012, p. 13.

Como integrante do corpo social, trabalhadores deveriam se dedicar a sua função e não se manifestar violentamente. Por outro lado, patrões deveriam fornecer condições salubres de trabalho e recompensá-los mediante a contribuição para o progresso econômico do país.

Todavia, apesar do discurso de uma classe patronal concessora, camuflando o projeto de conformação da classe trabalhadora, não se pode atribuir um caráter passivo aos trabalhadores, sendo a própria legislação trabalhista uma conquista e não somente uma concessão. Por isso é importante pensar o êxito das atividades do SRO circunscrito a uma ideologia caracterizada pela ideia de troca implícita que o trabalhismo continha. Ainda que estivessem em uma relação de forças desiguais com o Estado e o patronato, os trabalhadores não devem ser vistos como passivos mediante a proposta de controle do seu tempo livre.

A atuação dos trabalhadores evidencia-se no que Jorge Ferreira considerou como cultura política dos trabalhadores, na qual estes, por meio de estratégias de recodificação e apropriação dos discursos estadonovistas, como o envio de cartas ao presidente, expressariam um caráter de aceitação em detrimento do conformismo perante o Governo Vargas, uma vez que, mesmo todos os trabalhadores tendo que pagar o imposto sindical, somente os que estavam oficialmente sob a égide da sindicalização usufruíam das atividades do SRO⁴⁵.

Sendo um dos elementos do que se convencionou denominar de cidadania regulada, termo cunhado por Wanderley Guilherme dos Santos, a sindicalização, juntamente com a carteira de trabalho eram expressões de um sistema de estratificação ocupacional definido por norma legal. Ou seja, seriam cidadãos somente aqueles que tivessem suas profissões reconhecidas e definidas em lei⁴⁶. Nesse sentido, a cidadania regulada já definia quais trabalhadores poderiam participar das atividades do SRO.

45 – FERREIRA, Jorge. A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990, p.180-195.

46 – SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

Excluindo uns, mas cultivando a aceitação de outros nas condições que permitiriam que participassem das atividades de lazer, o SRO expressava a proposta do Estado Novo de fortalecimento dos sindicatos.

Até então, espaços com a proposta de lazer não eram novidades, haja vista o clube mantido pela Companhia Docas de Santos, em Santos, e as vilas operárias mantidas pelas fábricas – sobretudo a indústria têxtil, que, condicionaram, inclusive, a criação de alguns clubes cariocas tradicionais de futebol como o América e o Bangu. Contudo, o SRO demonstrou pela primeira vez a proposta de lazer sendo coordenada pelo Estado.

A proposta de criação de centros de recreação foi para o âmbito prático quando, sob a responsabilidade do SRO, foi inaugurado em 23 de maio de 1944 um centro de recreação na Gávea. Posteriormente Bangu e Olaria também receberam instalações.

No bojo dessa aproximação entre trabalhadores e Governo, o SRO incluiu-se também na tentativa do Governo Vargas de preparar uma transição controlada de um Estado autoritário para um regime mais aberto. Tendo como finalidade assegurar maior base de apoio para o governo entre as classes trabalhadoras, eventos como os realizados na semana do 1º de Maio teatralizavam a ideia de união. Realizados em estádios como o de São Januário e o do Pacaembu, este último construído no Estado Novo, possuíam como público os trabalhadores sindicalizados e os militares.

Contudo, este clima de relativa “harmonia” que se impusera com tal aproximação a partir dos anos 1940, modificou-se em meados de 1945. O Estado Novo chegou ao fim em outubro de 1945 em um período de recomposição das forças internacionais após o fim da guerra e, principalmente, em um momento em que se iniciava o processo de democratização com a criação de partidos como a União Democrática Nacional (UDN), que reunia grande parte das oposições; o Partido Social Democrático (PSD), e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Ademais, foi um momento de manifestação de massas sem igual, o qual ficou conhecido como Queremismo, e que certamente incomodou

as classes dominantes. Uma vez que um calendário eleitoral já estava estabelecido, tal golpe contra Getúlio Vargas pode ser pensado como uma ação intolerante aos anseios dos trabalhadores, mas que na visão das classes privilegiadas preveniu um golpe articulado pelo próprio Getúlio.

Não estando alheio aos interesses das camadas dominantes e possuindo integrantes das mesmas, o Governo Vargas não foi imune aos preceitos de tais. Inclusa em um projeto de conformação de classe, aos trabalhadores era fomentado um discurso sobre o entendimento de si mesmos como integrante de um corpo social. A função da classe trabalhadora deveria se adequar aos interesses da classe dominante, ou seja, do capital, e traria implicitamente o caráter subalterno dos trabalhadores que os impediria assim de mobilizar-se contra o sistema⁴⁷.

Assim como Luce Gomes, Peixoto considerou as experiências da “Recreação Pública” promovida pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre (1926-1955), da “Divisão de Educação e Recreio do Departamento de Cultura e Recreação” promovida pela Prefeitura Municipal de São Paulo (1935-1947) e do “Serviço de Recreação Operária” implementada pelo Governo Federal através do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, como decorrentes deste projeto que:

[...] foi empreendido através de ações que envolveram a estruturação de uma legislação trabalhista nos moldes do primeiro mundo, passando pela reestruturação da educação e da formação da classe trabalhadora com base na racionalização taylor-fordista do trabalho e do repouso, com predomínio da intenção de tutela do tempo livre: a modernização e a industrialização brasileiras dependiam deste movimento⁴⁸.

Todavia, a análise da autora nos esclarece que o SRO diferenciava-se das iniciativas anteriores pelo fato de ser uma iniciativa de responsabilidade do Estado; de possuir objetivos pedagógicos claros; de oferecer acesso a atividades físicas e desportiva; de ser aberto à participação de

47 – PEIXOTO, Elza. O serviço de recreação operária e o projeto de conformação da classe operária no Brasil. *Pro-Posições* (UNICAMP. Impresso), v. 19, p.115-140, 2008.

48 – *Ibidem*, p. 116 et. seq.

homens, mulheres e crianças; e de possuir atividades como as descritas a seguir:

[...]– Passeios de barco pela Baía de Guanabara; sessões de cinema; curso de alfabetização; concurso para a escolha da “Cartilha de Alfabetização do Trabalhador Brasileiro”; concurso para a escolha da “Canção do Trabalhador Brasileiro”; e 2º concurso de “Romance e Comédia”. Esses concursos eram abertos à participação de pessoas de todo o país.

– Campeonatos intersindicais de futebol; coral de canto orfeônico; grupo de teatro operário; escotismo para filhos de operários; barraca na praia de Ramos com os objetivos de dar maior conforto ao trabalhador e à sua família em sua estadia na praia e de emprestar materiais para a prática de esporte.

– Empréstimo de aparelhagem de som para bailes e eventos dançantes; doação de bibliotecas e de discotecas aos sindicatos. Foram criados, até mesmo, dois Centros de Recreação em bairros operários, um no Méier e outro na Gávea. Nesses locais funcionavam atividades de ginástica e de esportes para os operários e suas famílias, que poderiam, também, ter acesso à biblioteca e aos jogos de salão⁴⁹.

Uma das fontes significativas para nos possibilitar a compreensão da relação entre o SRO e a Ilha das Flores, a obra que Arnaldo Sussekind elaborou em 1952, juntamente com Inezil Penna Marinho e Oswaldo Goés em sua segunda passagem à frente do SRO foi apresentada por Juliana Pedreschi Rodrigues em sua dissertação⁵⁰. Intitulada *Manual de Recreação: orientação dos lazeres do trabalhador*, tal obra:

Atendendo a que ao Serviço de Recreação e Assistência Cultural (SERAC) cumpre, não apenas realizar, mas também estimular a adequada utilização das horas de lazer dos trabalhadores e prestar assistência técnica às entidades que realizam atividades de natureza recreativa destinadas aos trabalhadores [...]⁵¹.

49 – SANTOS, Ângela Brêtas Gomes. O Serviço de Recreação Operária (1943-1945): uma experiência do governo Vargas no campo do não trabalho. *Cad. AEL*, v.16, n.28, 2010, p. 153.

50 – RODRIGUES, Juliana Pedreschi. *O Serviço de Recreação Operária e a Sociabilização do Trabalhador Sindicalizado no Brasil: 1943 - 1964*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

51 – SUSSEKIND, Arnaldo; MARINHO, Inezil Penna; GÓES, Oswaldo. *Manual de*

Como se pode ver, a denominação do órgão se modificou, passando a dar maior atenção ao aspecto cultural da recreação. Isto ocorreu por um breve período no início dos anos 1950. Também neste período foram realizadas atividades esportivas e festejos na Ilha das Flores, bem como excursões pela Baía de Guanabara, como jornais da época permitem saber. Corroborando com as informações dos Relatórios e Boletins do Ministério do Trabalho, assim como as do Manual produzido por Sussekind, as notícias sobre tais eventos nos periódicos constituem-se como importante fonte sobre a política pública varguista destinada ao controle do tempo livre dos trabalhadores sindicalizados a partir de práticas de lazer como as excursões:

[...] que, do ponto de vista social, são extraordinariamente vantajosas, pois oferecem oportunidades para que os trabalhadores e suas famílias aumentem o círculo de relações, desenvolvam o sentimento gregário e encontrem a higiene mental que tão necessária se torna àqueles que labutam diariamente. Outra grande vantagem está na possibilidade de atender a elevado número de pessoas, principalmente nos passeios marítimos, [...] proporcionando a visita a ilhas da baía de Guanabara - Brocoió, Paquetá e Flores. [...] ⁵².

Os trabalhadores que usufruíam de espaços recreativos como o da Ilha das Flores, eram proporcionados a uma estrutura recreativa proveniente do Estado, denotando assim a intervenção no tempo livre, com cronogramas e atividades específicas.

Todavia, as mesmas fontes permitem pensar no que Thompson considerou como significativo no fenômeno do lazer: a circularidade cultural. Esta circularidade permite explorar como classes dominantes e classes subalternas se relacionam umas com as outras e como o lazer se realiza enquanto tensão entre estas classes.

No caso brasileiro, os códigos culturais dos trabalhadores teriam obtido no Estado um intercessor, o que, todavia, não excluiu a resistência

Recreação: orientação dos lazeres do trabalhador. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1952, p.1.

52 – *Ibidem*, p. 28.

e a circularidade. A persistência de práticas lúdicas identificáveis com as camadas populares ora “doando” ora “recebendo” aspectos da classe dominante, não só exporia a comunhão das experiências dos “subalternos”, como integraria o fluxo da luta entre classes.

O órgão que outrora fora criado com o discurso de promoção da justiça social através da sindicalização camuflou o real interesse do Estado e da classe patronal de “tutelar para controlar”. Em contrapartida, também denotou a incapacidade da classe dominante de exercer um controle absoluto.

O trabalhismo pensado por Ângela de Castro Gomes, congrega assim o compartilhamento de valores materiais e simbólicos que o Estado se propôs a pensar para seu projeto nacionalista com enfoque, sobretudo, no âmbito do trabalho. Contudo, seus exemplos denotam a distância que esse conceito possui do caráter conciliatório. A intensificação da propaganda pela sindicalização e os mecanismos que o Estado utilizou para implementação do corporativismo, que circunscrevia a relação entre o Estado e os sindicatos na defesa do capital, explicitariam o caráter tutelar que o Governo Vargas se empenhou em realizar frente aos trabalhadores. Enfocando as ideias de dignificação do trabalho humano e de cidadania corporativa na tentativa de fazer do trabalhador um componente fundamental para o funcionamento da sociedade, exemplificavam todo este processo norteado para conquistar a confiança do trabalhador nacional.

Paraíso de portas - nem tanto - abertas

O local de uma beleza tropical, como afirmavam muitos dos funcionários e imigrantes que trabalharam e se hospedaram, respectivamente, na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, além da sua função primordial de recepção dos imigrantes, foi por vezes utilizado como presídio militar e outras atividades como as realizadas pelo SRO. No período em que essas últimas foram realizadas, os assuntos ligados à imigração já estavam sob a responsabilidade do MTIC, o que explicaria o aproveitamento da Ilha das Flores para a promoção do lazer dos trabalhadores sin-

dicalizados, avassaladoramente compostos por brasileiros, e que tiveram que dividir tal espaço com os imigrantes.

Deste modo, em um contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, a Hospedaria se caracterizou por apresentar essa dupla função: controlar o lazer o trabalhador brasileiro e encaminhar o imigrante para o mercado de trabalho. Contudo, a política imigratória brasileira sofria com novas discussões desde o início do Governo Vargas.

Imbuído no projeto nacionalista, umas das primeiras medidas de valorização do trabalhador nacional em concomitância com o controle da entrada de estrangeiros no Brasil foi a criação da Lei dos Dois Terços, também conhecida como “Lei de Cotas”⁵³. O Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930⁵⁴, que tinha como ponto principal a restrição à entrada de passageiros estrangeiros de terceira classe em território nacional e ainda incluía a proposta de composição do quadro de funcionários das empresas com dois terços de trabalhadores nacionais, no qual também ficou conhecida como a lei da nacionalização do trabalho, não surtiu o efeito imediato esperado. Para que isto ocorresse, foi necessário que a Constituição de 1934 expressasse, sem fazer menção a raça ou nacionalidade, a proibição da concentração populacional de imigrantes.

O resultado foi a aprovação, por larga maioria, de uma lei que estabelecia cotas de imigração. Segundo o texto constitucional, o Brasil só

53 – Na Constituição brasileira de julho de 1934, o parágrafo 6 do artigo 121 determinava que deveriam ser impostas restrições à entrada de imigrantes com o objetivo de garantir a “integração étnica e capacidade física e civil do imigrante”. Tais medidas estipulavam o limite anual, para cada nacionalidade, de dois por cento do número total dos respectivos membros já fixados no Brasil nos cinquenta anos anteriores à aprovação da lei. Ficou também proibida, de acordo com o parágrafo seguinte do mesmo artigo, a concentração de imigrantes em qualquer parte do território nacional. *Apud* GERALDO, Endrica. A “lei de cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth* (UNICAMP), v. 15, p. 171-209, 2009. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2575> Acesso em 15 de outubro de 2020.

54 – *Apud* BRASIL. Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930. *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 1/2/1931, Página 1603. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19482-12-dezembro-1930-503018-republicacao-82423-pe.html#:~:text=DECRETA%3A,passageiros%20estrangeiros%20de%20terceira%20classe> Acesso em 28 de novembro de 2018.

poderia receber, por ano, no máximo 2% do total de imigrantes de cada nacionalidade que tinha imigrado nos últimos 50 anos, sendo apenas os portugueses excluídos dessa lei. Apesar da diminuição anterior no número da entrada de italianos e espanhóis, tal lei veio corroborar o discurso oficial das autoridades brasileiras que insistiam na imagem do “trabalhador ideal”. A lei de cotas implicitamente cultivava o branqueamento da população, impedindo a entrada de negros, judeus, japoneses e ciganos vetando a concessão de vistos para estes grupos.

O discurso racista, reunindo termos como “bom imigrante” ou “imigrante indesejável”, que não eram novidades no cenário nacional, haja visto as propagandas ocorridas já no final do século XIX, era camuflado pelo discurso da ordem, sendo aplicado em primeira instância no exterior e, posteriormente, no território nacional. De acordo com Maria Luiza Tucci Carneiro, a adoção de políticas migratórias restritivas se fez fundamentada na ideologia do trabalho e da segurança nacional, pensamento que persistiu durante todo o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e de Eurico Gaspar Dutra (1946-1954)⁵⁵.

Valorizar a imagem do trabalhador nacional foi uma das tônicas do primeiro Governo Vargas. Contudo, como ressaltou Jorge Ferreira, mesmo o discurso varguista sendo imposto aos trabalhadores, isso não significou que foi aceito passivamente, sendo necessário pensar na recodificação, e conseqüentemente nos “benefícios concedidos” pelo Estado.

Destinado somente aos trabalhadores sindicalizados, difícil seria dizer que o SRO não funcionou como um dos elementos do processo de nacionalização do trabalho ensejado pelo projeto varguista. Ademais, podemos considerá-lo como uma política pública, que não só visava à integração entre trabalhadores a fim da construção de uma identidade social, como o discurso e a prática do próprio aparelho possuíam finalidades culturais, sociais e sanitárias.

55 – CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Imigrantes indesejáveis: ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. *REVISTA USP*, v. 119, p. 115-130, 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/revistausp/revista-usp-119-textos-8-imigrantes-indesejaveis-a-ideologia-do-etiquetamento-durante-a-era-vargas/> Acesso em 15 de outubro de 2020.

A primeira notícia que se tem registro da realização de atividades do SRO na Ilha das Flores é de 15 de março de 1945. No jornal *A Noite*, a publicação sob o título de “Quinhentos trabalhadores vão visitar a Ilha das Flores”⁵⁶, apresentou a iniciativa do SRO em realizar a visita de 500 trabalhadores sindicalizados à Ilha no dia 25 do mesmo mês. A reportagem ainda informou que a programação seria composta de jogos desportivos, danças, músicas, refeição, banho de mar, entre outros. Para que o trabalhador pudesse participar, no entanto, era necessário que ele retirasse seu ingresso no Palácio do Trabalho.

Antes da referida excursão, ainda foram publicadas outras reportagens em diferentes jornais mencionando a sua futura realização. Edições do *Correio da Manhã*, da *Gazeta de Notícias* e do *Jornal do Brasil*, todas no dia 21 de março de 1945⁵⁷, acrescentaram a informação de que os ingressos individuais deveriam ser retirados mediante a apresentação da Carteira Sindical. No próprio dia da excursão, as edições do *A Noite* e do *Correio da Manhã* publicaram reportagens mencionando o ponto de encontro e a hora de partida, que seriam a Praça Mauá e às 7 horas da manhã, respectivamente⁵⁸.

Sobre a excursão realizada à Ilha das Flores encontram-se duas reportagens: uma do jornal *A Noite* com o título de “Proporcionando aos trabalhadores e suas famílias uma bela excursão”, e outra do *O Globo* que informou a presença de numerosos trabalhadores acompanhados de suas famílias no evento⁵⁹. De acordo com o jornal *A Noite*, compareceram na excursão 800 pessoas, as quais percorreram todos os cantos da Ilha, com direito a banho de mar e competições de dança, música, voleibol e suas respectivas premiações.

No ano de 1945 foi publicada somente mais uma reportagem sobre a presença do SRO na Ilha das Flores. Porém, o que chama atenção é o teor

56 – *Apud A Noite*, 15/03/1945, Página 6.

57 – *Apud Correio da Manhã*, 21/03/1945, Página 5; *Gazeta de Notícias*, 21/03/1945, Página 3; *Jornal do Brasil*, 21/03/1945, Página 1.

58 – *Apud A Noite*, 25/03/1945, Página 7; *Correio da Manhã*, 25/03/1945, Página 2.

59 – *Apud A Noite*, 26/03/1945, Página 2; *O Globo*, 26/03/1945, Página 11.

da reportagem. Na edição do dia 2 de outubro, o *Gazeta de Notícias* trouxe a notícia da aquisição pelo SRO de uma cópia do filme “Compensando energias”, que foi produzido pela Aviação Filme e retratava um dia de excursão realizada pelo próprio SRO na Ilha das Flores⁶⁰.

Todavia, o final da década de 1940 marcou um período conturbado para a afirmação do SRO. O serviço contava com as idas e vindas do seu primeiro presidente e um de seus idealizadores, Arnaldo Sussekind, e teve que encarar um novo governo.

Segundo Jessie Jane Vieira de Souza,

No governo de Eurico Gaspar Dutra, que teve à frente do MTIC Otacílio Negrão de Lima, político sem brilho do PTB mineiro, o movimento operário viveu uma de suas piores fases, por causa da intensificação da repressão e do fechamento de sindicatos e devido ao medo do “fantasma do comunismo”, que beirava a histeria⁶¹.

Tal contexto poderia explicar porque as atividades do SRO somente retornariam com força, não só na Ilha das Flores, como em geral, após o retorno de Getúlio Vargas ao poder em 1951.

Ainda segundo Souza, as demandas sociais relacionadas à habitação, transporte e abastecimento, até então contidas pelo Estado Novo, explodiram nas cidades, por meio de grandes manifestações populares. No ano de 1946, cinco reportagens, todas no mês de maio, ainda abordaram a presença do SRO na Ilha das Flores. Uma excursão realizada no dia 12 de maio rendeu duas reportagens: uma do dia 11 do *Gazeta de Notícias*⁶², que informou sua futura realização, e outra do *A Noite*⁶³, que informou a presença de 900 pessoas na excursão à Ilha. Outras três reportagens abordaram a resposta do Ministro do Trabalho que saiu em defesa do SRO após críticas serem realizadas pelo *Folha Carioca* sobre a má alimenta-

60 – Apud *Gazeta de Notícias*, 02/10/1945, Página 9.

61 – SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *Círculos operários: a igreja católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002, p. 242.

62 – Apud *Gazeta de Notícias*, 11/05/1946, Página 10.

63 – Apud *A Noite*, 13/05/1946, Página 14.

ção oferecida pelo Serviço de Recreação Operária na excursão à Ilha das Flores⁶⁴.

Antes do SRO se ausentar da Ilha por alguns anos, no ano de 1947 é possível ver algumas poucas notícias da realização de excursões, como a realizada pelo Sindicato dos Empregados no Comércio com a colaboração do SRO, informada pelos jornais *Gazeta de Notícias*, *A Noite* e *Diário Carioca*, em que a programação contaria com visitas pela Ilha, jogos sociais e desportivos, cabendo ao SRO dar toda assistência técnica nas atividades⁶⁵.

Todavia, as atividades do SRO não se findaram, apesar do período de repressão aos sindicatos⁶⁶. Enquanto de um lado o Governo reprimia o que chamava de “manifestações comunistas”, do outro, a luta operária contra a lei sindical recomeçava, com o intuito de “derrotar a obrigatoriedade do reconhecimento sindical pelo governo, a limitação das obrigações sindicais unicamente em relação às questões profissionais e a proibição de atividades políticas nos sindicatos”⁶⁷.

Segundo o relatório produzido por Arnaldo Sussekind sobre as atividades realizadas pelo então denominado Serviço de Recreação e Assistência Cultural (SERAC), entre os anos de 1951 e 1953, enquanto o mesmo era o presidente de tal, é possível ver que as atividades do órgão só voltaram a se intensificar no ano de 1951⁶⁸. O lazer operário não teria

64 – *Apud A Noite*, 23/05/1946, Página 6; *Diário Carioca*, 23/05/1946, Página 9; *Gazeta de Notícias*, 23/05/1946, Página 6.

65 – *Apud A Noite*, 07/03/1947, Página 4; *Diário Carioca*, 07/03/1947, Página 6; *Gazeta de Notícias*, 06/03/1947, Página 3.

66 – Como exemplo de notícias da realização de atividades do SRO entre 1948 e 1950, *Apud A Noite*, 01/03/1948, Página 10; *Gazeta de Notícias*, 19/12/1948, Página 1; *A Noite*, 16/02/1949, Página 9; *Diário de Notícias*, 01/04/1949, Página 5; *Correio da Manhã*, 18/12/1949, Página 6; *Jornal do Brasil*, 16/02/1950, Página 9; *Correio da Manhã*, 24/02/1950; *Diário Carioca*, 21/05/1950, Página 10.

67 – SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *Círculos operários: a igreja católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002, p. 243.

68 – SUSSEKIND, Arnaldo. *Documentos sobre a administração de Arnaldo Sussekind a frente do Serviço de Recreação e Assistência Cultural (SERAC) e seu pedido de demissão, 1953*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/GV/textual/documentos-sobre-a-administracao-arnaldo-sussekind-a-frente-do-servico-de-recreacao>

sido uma das tônicas do MTIC no Governo Dutra, contrastando com o cenário do início da década de 1940 em que o SRO foi uma das expressões da ideologia trabalhista do Governo Vargas.

Curiosamente, é no retorno de Vargas ao poder que, não só aconteceu uma intensificação das atividades do SERAC, trazendo de volta Arnaldo Sussekind ao posto de presidente do SRO, como se realizou uma reestruturação deste aparelho.

A carta e o parecer da saída de Sussekind na transição entre os anos de 1953 e 1954, dois anos e nove meses depois retornar ao órgão, permite-nos compreender como se realizou o seu retorno, bem como a reestruturação realizada e os motivos de sua saída do SERAC.

O segundo Governo Vargas iniciou-se em 31 de janeiro de 1951 e a volta de Sussekind ao órgão aconteceu em março. Juntamente ao pedido de dispensa, Sussekind incumbiu-se de fornecer um parecer informando as diretrizes que orientaram a sua administração, bem como os principais fatos que caracterizaram o desenvolvimento do órgão no período de 3 de março de 1951 a 15 de dezembro de 1953.

Sussekind cobrou uma profunda mudança na estrutura e obteve apoio do então Ministro, que designou a Comissão elaborada do Novo regulamento da Comissão do Imposto Sindical. O SRO passou então a ser denominado de Serviço de Recreação e Assistência Cultural, com a finalidade de promover e estimular a adequada utilização das horas de lazer dos trabalhadores e suas famílias, por meio de atividade de natureza física, intelectual e social, bem como prestar-lhes assistência educativa.

Foi nesse período, de uma nova administração de Sussekind, que a Ilha das Flores recebeu o maior número de atividades, sendo até mesmo incluída no manual produzido por Sussekind, Inezil Penna Marinho e Oswaldo Góes⁶⁹.

-e-assistencia-cultural-serac-e-seu-pedido-de-demissao-deste Acesso em 25 de outubro de 2018.

69 – SUSSEKIND, Arnaldo; MARINHO, Inezil Penna; GÓES, Oswaldo. *Manual de*

Este manual, publicado em 1952, trazia a compreensão que tais autores possuíam sobre o lazer e a recreação, bem como das excursões, que era a categoria na qual a Ilha das Flores se enquadrava. Sobre a compreensão de lazer e recreação:

Considera-se, pois, recreação do trabalhador, à utilização adequada das suas horas de lazer, compreendendo-se por lazer o período entre duas jornadas consecutivas de trabalho e os repouso obrigatórios, isto é, o descanso semanal e as férias anuais. Seu conceito corresponde, então, a um processo educativo, físico moral e intelectual [...]. A recreação tem relevante papel nessa educação. Utilizando o livro, os cursos, a música, o teatro, o cinema, o rádio, a televisão, os esportes e a ginástica, torna-se ela o melhor meio para se conseguir o levantamento do nível educacional e social do trabalhador [...]. A organização dos lazeres é um desejo elementar e uma necessidade essencial da vida do homem que trabalha: contribui para o desenvolvimento físico, intelectual e social do trabalhador; tem importância capital no bem estar, na saúde e na educação do trabalhador.”A melhoria do nível educacional do trabalhador, sua maior integração social, seu equilíbrio biológico, são, portanto, os três grandes objetivos da recreação⁷⁰.

Tendo em vista o trecho acima, as excursões à Ilha das Flores seriam uma forma de recreação, uma vez que tal conceito remete à utilização adequada do tempo livre. Ainda neste Manual, são encontradas considerações sobre o turismo operário:

O turismo operário ainda não teve no Brasil o desenvolvimento alcançado em outros países, sobretudo nos da Europa. Embora os Serviços brasileiros venham realizando numerosas excursões de trabalhadores, através de passeios ao mar, ao campo e às montanhas, de visitas a museus e centros culturais de intercâmbio artístico e desportivo certo é que o turismo operário ainda não tem no Brasil a amplitude que lhe deu o Conselho de Turismo e Férias da Grã-Bretanha, o “Folke Ferie” da Dinamarca, a Comissão de Descanso e Férias da Polônia ou os Centros de Operários da Grécia.

As excursões e passeios de domingo têm sido bastante difundidos pelos Serviços brasileiros, sendo mesmo uma das formas de recreação

Recreação: orientação dos lazeres do trabalhador. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1952.

70 – *Ibidem*, p. 10.

preferida pelos trabalhadores, conforme se pode inferir do inquérito que o S.R.O. empreendeu em 1945.

Todavia, é pelo repouso prolongado, mudança de ambiente e recreação adequada que o trabalhador pode recuperar com eficiência as energias despendidas no trabalho, acalmar os seus nervos, retemperar seu espírito e revigorar os seus músculos.

Isto, porém, só é possível realizar-se, eficientemente, com o aproveitamento das férias anuais a que tem direito o trabalhador⁷¹.

E especificamente sobre as excursões:

Fora do quadro das atividades físicas em outro capítulo apresentado, figuram as excursões, atividades que, do ponto de vista social, são extraordinariamente vantajosas, pois oferecem oportunidades para que os trabalhadores e suas famílias aumentem o círculo de relações, desenvolvam o sentimento gregário e encontrem a higiene mental que tão necessária se torna àqueles que labutam diariamente. Outra grande vantagem está na possibilidade de atender a elevado número de pessoas, principalmente nos passeios marítimos, como os que o SERAC tem levado a efeito, proporcionando a visita a ilhas da baía de Guanabara – Brocoió, Paquetá e Flores- excursões essas que têm reunido 1.000, 1.500 e até 2.000 participantes. As excursões devem objetivar não apenas o passeio, como a permanência de algumas horas em local aprazível -parque, bosque, ilha ou praia – no qual os participantes tenham comodidade para realizar as suas refeições, encontrem água para beber (previsão que não deve ser esquecida) e ainda possam tomar parte em jogos, brincadeiras e atividades desportivas.[...] Não será demais ressaltar que as excursões representam atividade das mais recomendáveis para a ocupação dos lazes do trabalhador, proporcionando-lhe, em domingos ou feriados, a excelente oportunidade de oferecer à sua família, o que até então figurava como exclusivo das classes mais abastadas⁷².

Segundo estes trechos, as excursões eram uma das atividades preferidas dos trabalhadores. Sussekind informou em seu relatório números significativos sobre a realização de passeios e excursões, bem como de competições desportivas e jogos sociais entre os anos de 1951 e 1953:

71 – *Ibidem*, p. 27.

72 – *Ibidem*, p.28.

EDUCAÇÃO FÍSICA E EXCURSÕES			
	1951	1952	1953
COMPETIÇÕES DESPORTIVAS	910	3157	5681
PARTICIPANTES	6090	32499	87301
ASSISTENTES	S/ESTAT.	22750	98232
JOGOS SOCIAIS	8259	7025	3981
PARTICIPANTES	17906	14115	10882
AULAS DE GINÁSTICA	81	205	113
PARTICIPANTES	4399	7528	5378
EXCURSÕES E PASSEIOS	14	399	26
PARTICIPANTES	11879	25723	5429

Tabela sobre a realização de atividades inclusas na categoria de Educação Física e Excursões. Apud SUS-SEKIND, Arnaldo. Documentos sobre a administração de Arnaldo Sussekind a frente do Serviço de Recreação e Assistência Cultural (SERAC) e seu pedido de demissão, 1953. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/GV/textual/documentos-sobre-a-administracao-arnaldo-sussekind-a-frente-do-servico-de-recreacao-e-assistencia-cultural-serac-e-seu-pedido-de-demissao-deste> Acesso em 25/10/2018.

Além da tabela, dois depoimentos de ex-moradores da Ilha das Flores corroboram para a percepção de tal cenário. Curiosamente, dois irmãos que nasceram na Ilha e que o pai exercia a função de escriturário: Zuleika da Silva Brasil, nascida em 30 de junho de 1936 e Luís Carlos Brasil da Silva, nascido em 3 de janeiro de 1943, ambos filhos do ex-funcionário, já falecido, Leopoldino Brasil⁷³. Leopoldino foi escriturário da Hospedaria e segundo seu filho Luís, tinha contato com os imigrantes, sendo muitas vezes procurado por tais a fim de conseguirem autorização para sair da ilha. Leopoldino teve oito filhos, todos na Ilha das Flores, os quais certamente desfrutaram das atividades do SRO- posteriormente SERAC- na ilha. Zuleika e Luís fornecem-nos detalhes da atuação deste órgão na Ilha das Flores.

Zuleika Brasil expressou a utilidade do SRO, curiosamente valendo-se da palavra lazer. Criança à época, “tudo que acontecia era lazer”, como a mesma ressaltou. Responsável pelo acervo iconográfico constru-

73 – Leopoldino Brasil nasceu na Gávea, no Rio de Janeiro, e foi morar na Ilha das Flores ao se casar com uma descendente de portugueses. Trabalhou na hospedaria até 1955, quando passou a fazer parte do quadro funcional do Ministério do Trabalho. Na ilha nasceram seus oito filhos, dos quais duas se tornaram funcionárias da hospedaria, Cleide Brasil e Zuleika Brasil. No ano em que saíram da ilha, foram viver no Barreto e, em seguida, através de um financiamento do governo, Leopoldino comprou a casa no bairro do Pita, São Gonçalo em que viveu o resto da vida.” Apud http://www.hospedariailhadaflores.com.br/galeria_02.asp. Acesso em 6 de dezembro de 2018.

ido pelo pai, que trabalhava ao lado do diretor, e por isso era constantemente presenteado com tais fotografias da ilha, “que era frequentada por pessoas ilustres e diversos jornalistas, que, sob muitos ângulos e olhares, registravam a beleza e a funcionabilidade do local”, Zuleika Brasil o ce-
deu ao Projeto História de São Gonçalo: Memória e Identidade para que fosse digitalizado e apresentado a um público maior⁷⁴.

Assim como a família Brasil deixou a Ilha das Flores quando o MTIC deixou de ser responsável pela Hospedaria e dos assuntos concernentes à imigração, as atividades do SRO/SERAC deixaram de ser promovidas na Ilha, não havendo mais registros de tais nos jornais.

De todo modo, enquanto tal órgão atuou na Ilha, as recordações dos irmãos Brasil são as melhores possíveis. Segundo Zuleika, as atividades do SRO eram bem organizadas para a época, sendo tudo programado e controlado. O serviço levava tudo para a Ilha das Flores. De acordo com Zuleika, geralmente as atividades eram realizadas em comemorações ao Dia do Trabalho, mas afora isto também aconteciam partidas de futebol do time da Ilha, o Centro Esportivo Ilha das Flores.

Piqueniques, programa de calouros, danças, jogos de futebol, bailes, que ocorriam todo o domingo, eram algumas das atividades promovidas pelo órgão do MTIC, como ressalta Zuleika. Além disso, havia show de artistas na ilha, inclusive em épocas de festas juninas, que também eram realizadas pelo serviço na ilha.

Ao ser perguntada sobre o critério utilizado para os trabalhadores irem à Ilha participarem das atividades, Zuleika confirmou a sindicalização. Porém, nos seus relatos expressou a convivência entre os trabalhadores nacionais e os imigrantes. Sobre a participação dos imigrantes que habitavam a hospedaria em tais momentos, Zuleika informou que:

74 – Entrevista de Zuleika da Silva Brasil concedida a Victor da Costa Santos. São Gonçalo, 11/05/2016. *Acervo Centro de Memória da imigração da Ilha das Flores*/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro- Grupo de Pesquisa História de São Gonçalo: Memória e Identidade- UERJ/FFP.

Participavam de tudo que tinha lá. Nós tínhamos os bailes, que eram realizados aos sábados e domingos. Nos bailes tocavam muita valsa, então, era aquela confraternização dos imigrantes e dos familiares, dos funcionários, a gente participava muito ativamente. Não tinha distinções⁷⁵.

Zuleika ainda relatou um fato curioso ocorrido nesses bailes: os imigrantes não eram proibidos de participar, porém, a administração da Hospedaria evitava a dança entre os funcionários e as imigrantes, enquanto que as funcionárias podiam dançar com os imigrantes, o que segundo Zuleika deixava os funcionários um tanto quanto irritados, para não dizer com ciúmes.

Seu irmão, Luís Brasil, nascido no mesmo ano de criação do SRO, corroborou com as informações sobre as festas ocorridas na ilha:

A festa junina na Ilha é uma senhora festa. Não é festa de um dia só não. A Ilha era toda enfeitada, aquele trecho da frente ali era todo enfeitado de barracas feitas de madeira e quem era o mentor da festa, quem organizava era um serviço que tinha no Ministério do Trabalho que chamava-se Serviço de Recreação Operária. [...]eles que realizavam a festa junto com a gente que morava na Ilha. Instalavam serviço de alto-falante pela Ilha toda, barraca, enfeite, música, levava os shows⁷⁶.

O entrevistado ainda informou que as festas juninas iam de quinta a domingo, contando com shows de artistas como Grande Otelo, que era funcionário do MTIC, Blecaute e Coralina. Ademais havia um cinema na ilha, de responsabilidade do SRO, com exibições de filmes toda quinta-feira à noite. Segundo ele, o filme era trazido pelo carteiro Raul a mando do SRO e a operação ficava a cargo de dois funcionários: seu Oscarzinho e Mário. Luis Brasil também ressaltou a participação dos imigrantes nas atividades e da realização também pelo SRO de festas em homenagens a

75 – *Ibidem*.

76 – Entrevista de Luís Brasil concedida a Suzana Ribeiro Alves e Juliana Elianay Olimpio de Abreu Pires. São Gonçalo, 09/06/2010. *Acervo Centro de Memória da imigração da Ilha das Flores/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro- Grupo de Pesquisa História de São Gonçalo: Memória e Identidade- UERJ/FFP*.

Nossa Senhora dos Navegantes, nas quais embarcações realizavam uma procissão marítima em torno da Ilha.

Quando perguntados sobre a escolha da Ilha das Flores para receber tais atividades, o primeiro aspecto ressaltado pelos irmãos é a beleza. Luís falou em paraíso, enquanto Zuleika ressaltou a beleza, além de ser um local aprazível e pitoresco. Também ressaltaram o controle que o SRO exercia quando das atividades realizadas na Ilha. Ou seja, na ilha havia toda uma programação em que a dispersão seria mais difícil de acontecer, fato que ocorreria em outros lugares.

Corroborando com tais depoimentos, os jornais do período entre 1951 e 1954 apresentaram inúmeras notícias sobre a realização das atividades do, naquele momento, SERAC. Somando-se sessenta ocorrências entre 1951 e 1954, o que não quer dizer que foram realizados sessenta eventos distintos na Ilha das Flores, mas que revela a importância atribuída ao tema pela imprensa, a explosão de eventos deu-se no ano de 1951, ano em que se tem o maior número de registros de notícias. Não cabe aqui destacar todos, mas alguns denotam a relevância do órgão, como a intitulada “Reiniciadas as atividades do S.R.O.”⁷⁷, que abordou a excursão de trabalhadores e suas famílias à Ilha, marcando o reinício do funcionamento do SRO.

Vários foram os títulos das reportagens: “Festa junina para trabalhadores”⁷⁸, “Visita à Ilha das Flores”⁷⁹, “Centro Esportivo da Ilha das Flores”⁸⁰, “Excursão de trabalhadores à Ilha das Flores”⁸¹, “Excursão organizada pelo Serviço de Recreação Operária”⁸², “A Festa de N. S. dos Navegantes”⁸³, “Sucesso absoluto a excursão à Ilha das Flores”⁸⁴, entre outros.

77 – *Apud A Noite*, 11/04/1951, Página 3.

78 – *Apud A Noite*, 23/06/1952, Página 5.

79 – *Apud Diário da Noite*, 31/10/1952, Página 7.

80 – *Apud Diário de Notícias*, 17/06/1951, Página 5.

81 – *Apud Jornal do Brasil*, 04/04/1951, Página 6.

82 – *Apud Jornal do Brasil*, 15/06/1954, Página 9.

83 – *Apud Revista da Semana*, 02/06/1951, Página 12.

84 – *Apud A Noite*, 13/04/1951, Página 15.

Considerações finais

O Serviço de Recreação Operária, que por um período passou a ser denominado Serviço de Recreação e Assistência Cultural, teve sua atuação ofuscada por dois órgãos que até hoje existem: SESI e SESC. Considerados por Joffre Dumazedier como exemplos de promoção do lazer, uma vez que eram estruturados pela iniciativa particular, tais órgãos suplantaram a lembrança do SRO, que findou suas atividades em 1964 com o fim da Comissão do Imposto Sindical. Tal Comissão e a sua reestruturação promovida em 1954, foi um dos motivos de Arnaldo Sussekind ter deixado o cargo de presidente do órgão, uma vez que o mesmo afirmava desconhecer qual o sistema que seria consubstanciado pelo novo regulamento.

De todo modo, o período de sua atuação à frente do SRO/SERAC, foi o mais frutífero, não só em relação às excursões à Ilha das Flores, como no tocante as atividades em outros centros de recreação.

Afirmar que a escolha da Ilha das Flores para receber tais atividades foi pautada prioritariamente para integrar trabalhadores brasileiros e imigrantes não é possível mediante a consulta documental que foi realizada. No entanto, o que os depoimentos orais dos ex-moradores nos permitem pensar é que essa integração existiu como consequência das atividades na Ilha, servindo até mesmo como exemplo de um dos benefícios que o trabalhador poderia usufruir ao se sindicalizar.

O lazer operário promovido na Ilha expressou a preocupação surgida com uma nova organização do tempo do trabalho, mas não só. Esteve inserido em um novo cenário da sociedade brasileira, em que a temática trabalhista alcançou um status até então não conseguido. Enquanto por um lado a proposta do SRO se apresentava como uma tentativa de controle do tempo livre do trabalhador, mediante propagandas dos benefícios da sindicalização, como o desfrute do passeio à Ilha das Flores, de outro os trabalhadores puderam entrar em contato com uma nova forma de aproveitar o tempo do não trabalho, uma vez que as atividades programadas possuíam cunho educativo.

Encarando os eventos promovidos como livre das obrigações do tempo do trabalho, aproximáramos da concepção de lazer de Joffre Dumazedier. Porém, decerto que a proposta do MTIC não se caracterizou como tal. Nem mesmo o discurso focava em liberdade, mas sim na melhoria física, cultural e intelectual do cidadão, ou melhor, do trabalhador sindicalizado, pois era este que merecia e que deveria receber a assistência governamental.

Para um público que estava acostumado com os considerados vícios na visão dos empregadores, como a bebida alcoólica e o jogo do bicho, o tempo do não trabalho, aumentado mediante a luta operária, passou a sofrer investimento de diferentes camadas da sociedade para ser controlado. Seja pela proposta de controle, seja pela apropriação e recodificação das condições oferecidas aos mesmos, as atividades do SRO, assim como outras experiências, haja visto o SAPS, estavam para além do corpo e da mente Expressavam uma das facetas do projeto de poder institucionalizado no Governo Vargas, em que a constituição do trabalhador saudável era essencial para o bom funcionamento da engrenagem do Estado corporativista.

Texto apresentado em janeiro de 2020. Aprovado para publicação em agosto de 2020.